VICTOR VALARINI

**Processo penal adversarial: influências sobre a regulamentação
da produção da prova oral no processo penal brasileiro**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

VICTOR VALARINI

**Processo penal adversarial: influências sobre a regulamentação da produção da
prova oral no processo penal brasileiro**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Valarini, Victor

Processo penal adversarial : influências sobre a regulamentação da produção da prova oral no processo penal brasileiro / Victor Valarini. -- São Paulo : USP / Faculdade de Direito, 2018.

190 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Orientador: Marcos Alexandre Coelho Zilli.

1. Prova (Processo Penal), Brasil. 2. Estudo Comparativo. 3. Prova. I. Zilli, Marcos Alexandre Coelho, orient. II. Título.

Nome: Victor Valarini

Título: Processo penal adversarial: influências sobre a regulamentação da produção da prova oral no processo penal brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Nádía e Eliseu, por todo o amor,
por sempre acreditarem em mim e por serem os
grandes responsáveis por todas as nossas
conquistas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Nádia Maria Fedozzi Valarini e Eliseu Eduardo Valarini, por tudo – pelo sacrifício, pelo amor incondicional, pela dedicação e por compartilharmos dos melhores e dos piores momentos.

À Valdete Pereira de Brito Satin, a irmã que a vida me deu, pelo amor fraternal de sempre, e também a seu marido Claudiomiro e a seus filhos Camilo e Maria Victória, que são parte da nossa família.

Ao Caio e à Margareth, por todo o suporte que me deram quando, apenas aos dezesseis anos, mudei-me para São Paulo.

Aos demais familiares, com quem sempre pude contar – tanto aos presentes como àqueles que, infelizmente, não puderam, neste mundo, compartilhar comigo deste momento.

Ao Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli, pela confiança e por ter me proporcionado a oportunidade de iniciar e concluir, sob sua imprescindível orientação, mais uma etapa na Velha e Sempre Nova Academia de Direito, na qual me orgulho profundamente de ter estudado.

Ao Prof. Dr. José Raul Gavião de Almeida, com quem tive o prazer de aprender, como aluno e como estagiário, e que me proporcionou lições para toda a vida. Sem a atenção e o encorajamento dele recebido, certamente nada disso teria sido possível.

Ao Prof. Associado Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró e à Profa. Dra. Marta Cristina Cury Saad Gimenes, docentes que tanto me ensinaram na Graduação e na Pós-Graduação e que contribuíram, com as suas observações na Banca de Qualificação, de modo determinante para que esta pesquisa se desenvolvesse.

Ao Isac Barcelos Pereira de Souza, cuja amizade é, inegavelmente, o que de melhor me aconteceu na Pós-Graduação, pelo auxílio fundamental durante a elaboração deste trabalho.

Ao Marcelo Vinicius Vieira, por todo o apoio e por ser a prova de que, em pouquíssimo tempo, podem surgir laços tão sinceros e intensos de amizade como os nossos.

Aos meus colegas e amigos dos bancos de Pós-Graduação, Nathália e Carlos Eduardo, por terem feito com que esse caminho não fosse solitário.

Aos meus amigos Lucas Santi, Lucas Tengan, Matheus Rocca, Rafael Calabro', Rafael Zancheta e Thiago Luiz dos Santos, com quem vivenciei os meus melhores momentos nas Arcadas e sem os quais não teria tantas boas lembranças da Graduação.

Ao Marcelo Rico, ao Heitor Garcia Lima e ao Tyler Bazz, por fazerem com que eu me sinta em casa em São Paulo e que, cada um a seu modo, colaboraram em momentos determinantes da elaboração deste trabalho.

Ao Luís, ao Maurício, ao Geraldo, à Camilla, à Mônica e à Luzia, que ressignificaram o conceito de ambiente de trabalho e pelos quais nutro imenso carinho.

RESUMO

VALARINI, Victor. *Processo penal adversarial: influências sobre a regulamentação da produção da prova oral no processo penal brasileiro*. 2018. 190 p. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente estudo tem por escopo identificar eventual aproximação entre o sistema processual penal brasileiro e o sistema *adversarial* com base na análise da regulamentação da produção da prova oral em matéria penal no Brasil. O Código de Processo Penal brasileiro, introduzido no ordenamento pátrio pelo Decreto-Lei nº 3.689/1941, está em vigor desde 1942. A partir daí, a legislação processual penal submeteu-se a muitas reformas que alteraram, em diversos aspectos, a sua essência. Adota-se como ponto de partida os contrapostos conceitos de processo *adversarial* e de processo *inquisitorial*, metodologicamente assumidos como “tipos ideais”. A identificação de uma cultura jurídica processual, que se tem alterado em favor de uma racionalidade *adversarial*, fundamenta-se nas análises da exposição de motivos do Código de Processo Penal de 1941, de aspectos gerais da Lei nº 9.099/1995 e das exposições de motivos dos projetos de lei que deram origem às reformas processuais penais de 2008. Ademais, sob a ótica adotada, procede-se ao exame específico dos dispositivos regulamentadores da produção da prova oral em matéria penal e dos concernentes à legislação projetada, reunindo-se elementos que fundamentam a identificação do movimento de aproximação pesquisado e dos aspectos que o limitam.

Palavras-chave: Direito processual penal. Processo *adversarial*. Processo *inquisitorial*. Sistema processual. Provas. Sistema probatório. Prova oral. Gestão probatória.

ABSTRACT

VALARINI, Victor. *Adversarial criminal trial: influences on the regulation of the production of oral evidence in Brazilian criminal procedure*. 2018. 190 p. Master's Degree – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This study aims at identifying a possible approximation between the Brazilian criminal procedure system and the adversarial system, based on the analysis of the regulation of the production of oral evidence in criminal matters in Brazil. The Brazilian Code of Criminal Procedure, which was introduced into the country law by Decree-Law no. 3.689 of 1941, has been in force since 1942. Since then, criminal procedural legislation has undergone many reforms, which have altered its spirit. As a starting point, the concept of adversarial process, as opposed to that of the inquisitorial process, is adopted methodologically as an “ideal-type”. The identification of a procedural legal culture that has changed in favor of an adversarial rationality is based on analyses of the explanatory memorandum of the Code of Criminal Procedure of 1941, of general aspects of Law no. 9.099 of 1995 and of the explanatory memorandum of the bills that gave rise to the reforms in the criminal procedural legislation of 2008. It is also accomplished, from the adopted perspective, a specific examination of the regulatory devices for the production of oral evidence in criminal matters and those concerning the pending legislation, gathering factors which support the identification of the movement of approximation mentioned in the study and the aspects that restrict that movement.

Keywords: Criminal Procedure Law. Adversarial Trial. Inquisitorial Trial. Procedural system. Evidence. Evidence Law. Oral Evidence. Evidence Management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 NOÇÕES PRELIMINARES.....	19
1.1 Notas sobre o processo penal <i>adversarial</i>	19
1.1.1 Opção metodológica.....	19
1.1.2 O processo penal <i>adversarial</i>	22
1.1.2.1 Características do processo <i>adversarial</i>	23
1.1.2.2 Concentração procedimental e bipartição judicial.....	31
1.1.3 Críticas ao processo penal <i>adversarial</i>	34
1.1.3.1 A implicação do poderio econômico.....	35
1.1.3.2 Os efeitos combativos.....	38
1.2 A epistemologia, a verdade e as opções político-morais.....	40
1.3 Processo penal <i>adversarial</i> e processo penal acusatório: uma falsa correspondência.....	44
1.4 Notas sobre o direito ao confronto.....	46
1.4.1 A Suprema Corte dos Estados Unidos da América e a <i>Confrontation Clause</i>	46
1.4.2 A teoria geral do confronto de Stefano Maffei.....	50
2 A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA IDEIA DE UM PROCESSO PENAL <i>ADVERSARIAL</i>	57
2.1 O <i>Altercation Trial</i> e a ideia da disputa: causas, escopo processual e características.....	58
2.2 Uma gradual transição: da aversão à defesa técnica ao pleno domínio do processo pelos advogados.....	66
2.2.1 O <i>Treason Trials Act</i> de 1696: o aparecimento do advogado de defesa.....	66
2.2.2 A implementação do advogado de defesa para além dos <i>Treason Trials</i>	70
2.2.3 O surgimento da <i>Law of Evidence</i>	75
2.2.4 A defesa técnica plena e a consolidação do processo penal <i>adversarial</i> na Inglaterra.....	83
3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA CULTURA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA.....	85
3.1 O Código de Processo Penal de 1941.....	85
3.2 A Lei nº 9.099/1995 e a introdução de espaços de justiça penal consensual.....	87

3.3 As reformas processuais penais de 2008.....	91
4 A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA.....	95
4.1 A prova testemunhal.....	97
4.1.1 A pessoa da testemunha.....	98
4.1.2 A forma de inquirição das testemunhas.....	102
4.1.3 A presença física dos envolvidos.....	104
4.2 O interrogatório.....	108
4.2.1 O comparecimento compulsório e o direito ao silêncio.....	109
4.2.2 O papel do defensor no interrogatório.....	111
4.2.3 A forma da formulação de perguntas ao acusado.....	113
4.2.4 O interrogatório por videoconferência.....	116
4.2.5 O reinterrogatório e o momento do interrogatório.....	117
4.3 A prova pericial.....	119
4.4 A acareação.....	122
4.5 O Tribunal do Júri.....	123
4.5.1 O Tribunal do Júri e a prova testemunhal.....	125
4.5.2 O Tribunal do Júri e o interrogatório.....	127
4.5.3 O Tribunal do Júri e a acareação, o reconhecimento de pessoas e coisas, o esclarecimento dos peritos e a leitura de peças.....	129
4.6 A colaboração premiada e a produção da prova oral.....	130
4.7 A prova emprestada e o direito ao confronto.....	137
4.8 O contraditório judicial como regra e as provas irrepetíveis, cautelares e antecipadas.....	139
4.9 A produção da prova no âmbito dos Tribunais.....	141
5 A LEGISLAÇÃO PROJETADA E OS SEUS (POSSÍVEIS) DESDOBRAMENTOS.....	147
5.1 A estruturação do sistema processual no Anteprojeto.....	147
5.2 A prova testemunhal.....	150
5.3 O interrogatório e a participação do corréu.....	156
5.4 A instrução perante o Tribunal do Júri.....	159
5.5 A prova emprestada.....	160
5.6 A produção da prova no âmbito dos Tribunais.....	161
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS.....	171

INTRODUÇÃO

Em termos abstratos, estudiosos das ciências jurídicas, em um movimento de constante questionamento de premissas e pontos de partida, estão sempre à procura da elaboração de um “modelo ideal” de ordenamento jurídico, capaz de se adequar à sociedade à qual o direito se aplica. Como os paradigmas se alteram com o decurso do tempo, é esperado que sempre se tenha material em potencial para reexames das normas postas.

O Código de Processo Penal (CPP) brasileiro, por sua vez, não é novo. Introduzido no ordenamento pátrio pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, o diploma legislativo está em vigor desde 1942, sendo inevitável que se aponte a ocorrência, nesses quase oitenta anos, de incontáveis mutações pelas quais a sociedade brasileira passou.

Se a questão for analisada pelo prisma político, o Código de Processo Penal emergiu no período da Segunda Grande Guerra, durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas. As alusões são expressas, na sua exposição de motivos, à legislação italiana fascista. A partir daí, vivenciaram-se, no Brasil, dois períodos de redemocratização – intercalados por uma ditadura militar de mais de vinte anos –, sendo o último consagrado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja natureza é democrática, social, asseguradora de uma gama de direitos e garantias fundamentais, por isso denominada Constituição Cidadã por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte à época.

Vislumbrado o panorama pelo viés cultural, o recente fenômeno da globalização, impulsionado pelo aumento da velocidade e da intensidade de trocas de informações, proporcionou um intercâmbio cultural de dimensões até então inimagináveis. Com isso, ninguém pôde se blindar de influências externas, o que, naturalmente, deu origem a mudanças nesse campo e, por conseguinte, na seara jurídica. No caso brasileiro, não foi diferente.

Nesse contexto, a despeito de não ter sobrevivido outro Código de Processo Penal, é intuitiva a conclusão de que, em muitas vertentes, a sociedade se transformou e, com isso, a lei processual precisou se adaptar às suas demandas. E, de fato, algumas foram as reformas às quais essa legislação se submeteu.

Os critérios sob os quais as modificações da lei processual penal podem ser analisadas variam. Certamente, o mais utilizado pela doutrina e pela jurisprudência pátrias refere-se à dicotomia processo acusatório e processo inquisitório. Essa classificação, que diz respeito à distribuição das funções de acusação, defesa e julgamento, é de essencial

importância, mas, como dito, não constitui a única maneira pela qual o assunto pode ser observado.

Desse modo, tem-se, menos difundida entre os países tradicionalmente associados à *civil law*, a definição de processo *adversarial*, contraposta à de processo *inquisitorial*. Essa nomenclatura leva em consideração o grau de confronto e a atuação das partes na gestão probatória.

Nessa linha o processo *adversarial* caracteriza-se por um esquema de determinação dos fatos por uma disputa justa, com a gestão probatória incumbida às partes, enquanto o processo *inquisitorial* parte de um conceito centrado no julgador, estruturando-se em função de os elementos probatórios serem produzidos para o juiz, sendo, portanto, a sua atuação significativa na produção da prova, priorizando-se, por conseguinte, o intento da máxima acumulação de elementos probatórios.

Observado o desenvolvimento da legislação processual penal brasileira sob esse preceito, notou-se ser consideravelmente detectável algum movimento. Isso porque, se, por um lado, o Código de Processo Penal, em sua origem, engendrou um arranjo em torno da autoridade judicial, atribuindo-lhe funções primárias na gestão da prova e do processo e, de certo modo, até objetificando as partes, por outro, as reformas processuais penderam para um caminho oposto.

Já com a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, apesar de seu âmbito restrito – deu-se apenas em relação a crimes de menor potencial ofensivo –, são perceptíveis tanto a introdução de espaços de justiça consensual no sistema processual penal brasileiro quanto o entendimento da maior efetividade inerente a um processo oral e concentrado. Essas noções afastam-se da compreensão *inquisitorial* e, por consequência, aproximam-se da *adversarial*.

Mas foi com as reformas processuais penais de 2008 – instituídas pelas Leis nºs 11.689, de 9 de junho; 11.690, também de 9 de junho; e 11.719, de 20 de junho (todas desse ano) – que se tornou mais evidente, em diversos dos seus aspectos, a franca decadência da ideia de determinação dos fatos centrada no protagonismo da figura do julgador. Reveladora disso foi, por exemplo, a extinção do sistema presidencialista de inquirição de testemunhas que, com as leis de 2008 mencionadas, passou a ocorrer mediante exame cruzado, ou seja, crucialmente pelas inquirições diretas das partes, relegando-se ao juiz função suplementar no ato.

Ademais, Antonio Magalhães Gomes Filho, integrante da Comissão de juristas responsável pela elaboração das reformas de 2008, reconhece expressamente a influência que o sistema *adversarial* teve nas reformas processuais, assunto a ser abordado ao tratar

das provas na Lei nº 11.690/2008, em obra a ser referenciada oportunamente, nesta dissertação.

Assim, sob essa ótica, pode-se fazer as seguintes indagações: é possível traçar um movimento de aproximação do sistema probatório brasileiro em matéria penal relativamente ao sistema processual *adversarial*? Em caso positivo, quais são os elementos indicativos desse movimento e os seus limites? É à resposta a esses questionamentos que se dedica esta dissertação.

Para tanto, tornou-se necessário realizar um recorte do objeto de estudo. Em razão de ser inviável o balanço de todos os dispositivos legislativos concernentes ao processo penal, identificou-se alguma perspectiva sob a qual se pudesse fazer uma avaliação aprofundada e que, se não respondesse de forma absoluta ao indagado, ao menos contribuísse significativamente para elucidar a questão posta. Determinou-se, assim, o estudo da regulamentação da produção da prova oral no processo penal brasileiro.

Desenvolveu-se o trabalho em duas frentes. A primeira parte do trabalho serviu à instituição das premissas necessárias ao aprofundamento exigido pelo tema e, com esse propósito, contemplou, no Capítulo 1, primordialmente observações acerca da ideia de processo *adversarial* e suas decorrências, e, no Capítulo 2, o desenvolvimento histórico da concepção do senso de um processo penal *adversarial*, ocorrido na Inglaterra a partir do final do século XVII.

A segunda parte do trabalho – capítulos 3 a 5 – teve como foco o sistema processual penal brasileiro e o ponderamento da matéria central proposta por esta dissertação, qual seja, responder se é possível traçar um movimento de aproximação da regulamentação da produção da prova oral no sistema probatório brasileiro em matéria penal relativamente ao sistema processual penal *adversarial* e, em caso positivo, quais são os elementos indicativos desse movimento e os seus limites.

No Capítulo 3, pelas análises (1) da exposição de motivos do Código de Processo Penal, (2) de algumas feições da Lei nº 9.099/1995 e (3) das exposições de motivos dos projetos de lei que deram origem às reformas processuais de 2008, procurou-se expor, linearmente, de que modo a cultura jurídico-processual pátria tem se desenvolvido em direção a um processo penal mais centrado no confronto e nas partes.

Já no Capítulo 4, procedeu-se ao estudo específico da legislação processual brasileira, selecionando-se os pontos fundamentais e pertinentes à reunião de elementos que servissem à conclusão de uma eventual aproximação ou afastamento da regulamentação da produção da prova penal no Brasil relativamente ao processo *adversarial*. Destinou-se esse

espaço ao exame das disciplinas (1) da prova testemunhal; (2) do interrogatório; (3) da prova pericial; (4) da acareação; (5) da produção da prova perante o Tribunal do Júri; (6) da colaboração premiada e da oitiva do colaborador; (7) da prova emprestada; (8) do estabelecimento do contraditório judicial como regra para a produção da prova penal; e (9) da produção da prova no âmbito dos Tribunais.

O Capítulo 5, por sua vez, dedicou-se a apreciar a legislação processual penal projetada, atualmente em trâmite no Congresso Nacional, com o propósito de verificar eventuais inovações que pudessem contribuir para o objeto de estudo deste trabalho.

As reflexões, apresentadas no item Conclusão, são resultado da retomada dos pontos mais importantes delineados ao longo do trabalho e têm o condão de ofertar as respostas para o problema de pesquisa desta dissertação.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo, mediante a análise da lei brasileira, traçar se havia um movimento de aproximação da regulamentação da produção da prova oral no sistema probatório brasileiro em matéria penal relativamente ao sistema processual penal *adversarial* e, em caso afirmativo, identificar os elementos indicativos desse movimento e os seus limites. Para tanto, adotou-se a metodologia associada ao conceito weberiano de “tipos ideais”, segundo o qual não são constatáveis, na realidade prática, sistemas que correspondam *in totum* aos tipos definidos. Dessa análise, inferiu-se o que se segue.

- 1 O conceito de sistema processual *adversarial* se contrapõe ao de sistema processual *inquisitorial*.
- 2 O sistema *adversarial* caracteriza-se, em linhas gerais, pela determinação dos fatos em virtude do resultado de uma disputa justa em juízo entre as partes, sendo-lhes incumbida a gestão probatória. Alicerça-se, assim, em torno da compreensão do confronto e do protagonismo das partes.
- 3 O processo *inquisitorial*, por sua vez, parte de uma ideia centrada no julgador. Fundamenta-se na concepção de que as provas são produzidas para o juiz, motivo pelo qual a sua atuação na produção da prova é significativa, bem como prioriza o intento da máxima acumulação de elementos probatórios.
- 4 Não há esquema de determinação de fatos epistemologicamente perfeito. O processo relativo a determinado ordenamento jurídico terá suas feições estabelecidas pela ponderação entre a percepção do modo mais apto – em termos de acerto judicial – de desenvolvimento do processo e os ditames político-morais que contemplam a essência do pensamento, em seu conjunto, da sua sociedade. Esses elementos podem variar, e essa variação refletirá nas características dos correspondentes sistemas processuais adotados.
- 5 Assume-se o confronto como a espinha dorsal do sistema *adversarial*, sendo de ampla utilidade as lições de Stefano Maffei, que indica seis elementos nos quais, no contexto probatório, desdobra-se esse direito: (1) a publicidade; (2) a presença do imputado; (3) a presença do juiz e dos jurados; (4) a obrigação de dizer a verdade; (5) a revelação da identidade de quem depõe; e (6) o confronto dialético.
- 6 De modo semelhante, a Suprema Corte dos Estados Unidos reconhece como conteúdo do *Right of Confrontation*: (1) a prestação do testemunho sob juramento – o que se identifica com o dever de dizer a verdade; (2) a oportunidade de realização do exame cruzado *pari passu* à tomada do

depoimento; e (3) a capacidade do juiz e dos jurados – aqueles que possuem poderes decisórios – de apreciar o comportamento da vítima durante o testemunho.

7 Procede-se à reconstrução histórica da gênese da noção de processo que permeia o sistema *adversarial* em matéria penal e se identificou esse surgimento como ocorrido no direito inglês dos séculos XVIII e anteriores, e, então, por meio do cruzamento dos registros dos julgamentos do Tribunal de *Old Bailey* e das obras de doutrinadores que se propuseram a essa reconstrução, expôs-se, em termos gerais, as condições sociais e políticas que culminaram na formação do primeiro processo penal *adversarial*.

8 Entre as peculiaridades desse desenvolvimento, destaca-se que a aceitação e o fortalecimento do papel do advogado de defesa foram fundamentais no estabelecimento de um verdadeiro confronto no âmbito processual.

9 Pelas análises da exposição de motivos do Código de Processo Penal de 1941, de aspectos gerais da Lei nº 9.099/1995 e das exposições de motivos dos projetos de lei que deram origem às reformas processuais de 2008, evidenciou-se o desenvolvimento da cultura jurídica processual pátria em direção a uma mentalidade processual mais centrada na atuação das partes e no confronto.

10 Entende-se *produção da prova oral* como a atividade de inserção, no campo do processo, mediante expressão oral, dos elementos probatórios que servem de base à atividade cognitiva do julgador na formação da sua convicção.

11 No que toca à prova testemunhal, a redação original do Código de Processo Penal, essencialmente, atrelou-se à racionalidade *inquisitorial*. Se, por um lado, a oralidade e o contraditório foram definidos como regra, outros elementos tornam incontestável o tratamento *inquisitorial* dado pela legislação anterior, quais sejam, (1) a forma como se regulamentou a inquirição de testemunhas; (2) as atribuições relativamente amplas de iniciativas instrutórias ao juiz penal; (3) a possibilidade da oitiva de determinados indivíduos sem que lhes fosse necessário prestar compromisso de dizer a verdade; (4) a produção em determinadas situações da prova testemunhal mediante carta precatória; e (5) a possibilidade de retirada do réu da sala de audiências, em determinadas hipóteses.

12 As reformas às quais a disciplina da prova testemunhal se submeteu modificaram, substancialmente, esse panorama, com a introdução de disposições que colocaram as partes no protagonismo da inquirição das testemunhas e que permitiram o uso da videoconferência nas hipóteses de carta precatória e de necessária retirada do réu da sala de audiências.

13 No que tange ao interrogatório, os pontos nevrálgicos da redação original do Código de Processo Penal que demonstravam incompatibilidade com a racionalidade *adversarial* consistiam na sua

idealização apenas como meio de prova e nos decorrentes empecilhos ao exercício pleno de algum tipo de direito ao silêncio. Ademais, havia, nas disposições que o regulamentavam, evidentes sinais – como a previsão do reinterrogatório – de que se tratava de um ato destinado ao juiz. Por fim, o procedimento constituído em 1941 definitivamente não estabelecia o protagonismo das partes, já que as alienava da condução do interrogatório e as impedia de formularem perguntas ao acusado.

14 Com as alterações perpetradas, a essência do interrogatório se modificou e a sua natureza comparativamente se aproximou de uma compreensão *adversarial*. O momento de sua realização foi deslocado para o final da instrução, em conformidade com o seu entendimento como meio de defesa. Estabeleceu-se a presença obrigatória do defensor durante o interrogatório e, por conseguinte, construiu-se a visão do advogado da parte como imprescindível à administração da justiça, colocando-se ênfase na atuação das partes, que passaram a poder formular perguntas, de modo indireto, ao acusado. De igual maneira ao que ocorre no tocante às testemunhas, surgiram previsões acerca da realização do interrogatório por videoconferência. O direito ao silêncio, por sua vez, desenvolveu-se consideravelmente ao ser suprimida a consignação das perguntas não respondidas e fixada a impossibilidade de interpretação do silêncio em prejuízo da defesa.

15 No que se refere à prova pericial, a redação original do Código de Processo Penal também a delineou com caráter essencialmente *inquisitorial*. As modificações operadas na sua disciplina não alteraram peremptoriamente esse contexto – ao menos a ponto de se dizer que se estabeleceu uma estrutura *adversarial* na produção da prova pericial –, mas duas questões instauraram, de forma relevante, mais conflito nesse panorama, quais sejam, a figura do assistente técnico e a possibilidade de as partes requererem a oitiva do perito.

16 No universo do Tribunal do Júri, mesmo no sistema originário implantado pelo Código de Processo Penal, os julgamentos em plenário se aproximavam muito mais de uma concepção *adversarial* do que aqueles que se submetiam ao procedimento ordinário. Isso não significa, todavia, que todas as disposições acerca da produção da prova oral em plenário se coadunavam com esse sistema processual.

17 A legislação de 1941, por exemplo, previa o interrogatório como ato inicial da instrução em plenário, seguido pelas oitivas das testemunhas de acusação e de defesa, nessa ordem. As reformas de 2008 deslocaram-no para o momento final da instrução. Houve, também, alteração no sentido de se realizar a formulação direta de perguntas pelas partes ao acusado, atribuindo-lhes maior protagonismo na gestão das provas – é bem verdade que essa gestão não é exclusiva, pois o juiz permaneceu sendo o primeiro a fazer as perguntas, possuindo, portanto, função mais que suplementar na prática do ato. Por fim, a lei de 2008 também determinou a proibição da utilização

de algemas no acusado em plenário, exceto se imprescindível. Em todas essas perspectivas, as modificações operadas se amoldam, de certa maneira, à percepção *adversarial*.

18 No tocante à produção da prova testemunhal perante o Tribunal do Júri, havia aspectos, mesmo nas disposições originárias do Código de Processo Penal, muito mais ligados ao sistema *adversarial* do que aqueles contidos no procedimento ordinário, como a inquirição direta das testemunhas. Ao juiz, de modo semelhante ao do interrogatório atual, coube a primeira inquirição das testemunhas, e a lei de 2008 não alterou esse panorama, não atribuindo, aqui também, a gestão da prova exclusivamente às partes.

19 Ainda sobre o procedimento da produção da prova perante o Tribunal do Júri, a reforma de 2008, ao instituir a possibilidade do requerimento para leitura em plenário apenas das peças que se refiram à carta precatória e às provas cautelares, antecipadas e não repetíveis, proibiu, *a contrario sensu*, a leitura de quaisquer outras peças, definindo como regra a produção da prova em plenário. Isso implica prestígio explícito à oralidade, introduzindo consideráveis doses de confronto ao processo do Tribunal do Júri.

20 Em referência à disciplina da prova emprestada e da oitiva do colaborador, a legislação não regulamenta a primeira e, no caso da segunda, essa regulamentação se dá de modo pouco amplo, motivo pelo qual não se pode tecer considerações conclusivas que respondam à pergunta central deste trabalho.

21 O artigo 155 do CPP atualmente prevê, como regra, a produção da prova em contraditório judicial, coadunando-se com a ótica *adversarial*. As provas cautelares, não repetíveis e antecipadas dizem respeito a hipóteses de restrita amplitude e não têm o condão de alterar a essência do sistema em termos de direito ao confronto e de protagonismo das partes.

22 Por fim, em relação a um dos pontos estranguladores do tema, discorreu-se sobre a produção da prova oral perante os Tribunais, verificando-se que ela se dá ou nas hipóteses de julgamento de recursos ou nas de processo de competência originária dos Tribunais.

23 No caso dos julgamentos de recursos, para o seu estudo foi realizado um recorte e analisado o âmbito do julgamento da apelação, o recurso por excelência previsto pela legislação processual penal. A propósito, o modo como o Código de Processo Penal determinou a produção da prova no seu julgamento afastou, em larga escala, o arcabouço processual do sistema *adversarial*. Esse diploma processualista não só deixou de impor que a prova fosse necessariamente produzida perante o julgador do recurso, mas alienou as partes da iniciativa de requerer que isso ocorresse. Atribuiu-se, assim, nesse contexto, exclusivamente ao julgador a iniciativa da produção das provas em sua presença.

- 24** No que diz respeito à produção da prova nos processos de competência originária dos Tribunais, a conclusão é semelhante, já que a leitura da Lei nº 8.038/1990 indica que a produção da prova deve dar-se por delegação.
- 25** A legislação processual penal projetada, de modo geral, alinha-se às modificações perpetradas no Código de Processo Penal pelas reformas de 2008.
- 26** Algumas inovações, porém, merecem destaque. Na disciplina da prova testemunhal, relativamente a depoimentos de crianças e adolescentes, a expressa preocupação do proponente legislativo com a vitimação das testemunhas e com a revitimação das vítimas e as consequentes diminuições pontuais da carga de confronto delas resultantes podem representar vestígios da aproximação do sistema delineado com ideais *adversariais*.
- 27** No que concerne ao interrogatório, a supressão do reinterrogatório e a previsão de inquirição direta do acusado pelas partes, com atuação apenas suplementar do juiz, afastam o sistema do conceito *inquisitorial*.
- 28** No âmbito da produção da prova perante os Tribunais, as novidades foram, para o julgamento do recurso de apelação, a possibilidade da produção das provas em grau recursal mediante requerimento das partes – e não mais apenas mediante a vontade do julgador – e, no tocante aos processos de competência originária dos Tribunais, a possibilidade de a defesa impor a prática do interrogatório na presença dos julgadores de fato, excluindo, nessas hipóteses, a sua prática por delegação.
- 29** Uma forte verificação no campo estudado dá conta que, no que diz respeito à regulamentação da produção da prova perante o júri, o Anteprojeto traçou direta correspondência com o procedimento ordinário. Disso pôde-se inferir que o procedimento ordinário se apresenta cada vez mais com feições *adversariais*.
- 30** Em suma, percebe-se, em relação ao sistema processual penal brasileiro, nítida tendência ao estabelecimento, em termos de regulamentação da produção da prova oral, de um sistema *adversarial*.
- 31** Não obstante, verifica-se também certa resistência à adoção dessa ótica, daí decorrendo considerável timidez na atual regulamentação de todas as condições para que isso ocorra.
- 32** Em termos comparativos, o processo hoje estabelecido é muito mais calcado na resolução competitiva dos fatos com gestão probatória das partes do que o estabelecido em 1941, e os obstáculos sublinhados que impedem que se considere o sistema atual como *adversarial* são superáveis. É pertinente reconhecer que a transição ocorrida na Inglaterra dos séculos XVIII e

anteriores não foi repentina e, como se destacou, muito menos ocorreu sem que houvesse opositores à percepção que germinava.

33 Assim, é razoável afirmar-se que há um movimento de *adversarialização* do processo penal brasileiro em curso. A despeito da existência de limitações consideráveis a que esse movimento se desenrole plenamente, a racionalidade que define esse “tipo ideal”, base para a elaboração da presente dissertação, demonstra ocupar cada vez mais espaço na discussão jurídica.

34 Ressalta-se que, mesmo na própria regulamentação dos procedimentos, algumas questões escapam ao recorte deste trabalho, ou seja, questões alheias à regulamentação da produção da prova oral e que eventualmente podem também apontar para essa tendência.

35 Refoge ao escopo desta dissertação fazer qualquer tipo de previsão, mas a ideia de estabelecer a determinação dos fatos mediante disputa e o protagonismo das partes no processo penal demonstram, já há certo tempo, penetrar no pensamento jurídico brasileiro, e, nele, formar raízes.

REFERÊNCIAS

AMODIO, Ennio. The Accusatorial System lost and regained: reforming criminal procedure in Italy. *American Journal of Comparative Law*, v. 52, Issue 2, p. 489-500, 2004.

_____. *Processo penale, diritto Europeo e common law: dal rito inquisitorio al giusto processo*. Milano: Giuffré, 2003.

_____; Selvaggi, Eugenio. an accusatorial system in a civil law country: the 1988 Italian Code of Criminal Procedure. *Temple Law Review*, v. 62, Issue 4, p. 1211-1224, 1989.

ANASTASI, Anne. *Fields of applied Psychology*. 2. ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1979.

ANSTEAD, Harry Lee. Limitations of the adversary approach in our criminal justice system. *St. Thomas Law Review*, v. 9, n. 3, p. 493-504, Spring 1997.

AQUINO, José Carlos G. Xavier de. *A prova testemunhal no processo penal brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

ARANHA, Adalberto José T. Q. de Camargo. *Da prova no processo penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ARANTES FILHO, Marcio Geraldo Britto. *O cross-examination como procedimento probatório para produção de prova testemunhal no direito processual penal brasileiro*. 2016. 250 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

AROCA, Juan Montero. *La inutilidad del llamado principio acusatorio para la conformación del proceso penal*. In: X CONGRESO NACIONAL DE DERECHO PROCESAL GARANTISTA, nov. 12-14, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/76717270/Congreso-Azul-2008-Montero-Aroca>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. El significado actual del llamado principio acusatorio. In: COLOMER, Juan-Luis; CUSSAC, José-Luis. *Terrorismo y proceso penal acusatorio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

ASIMOV, Michael. Popular culture and the adversary system. *Loyola of Los Angeles Law Review*, v. 40, Issue 2, p. 653-686, Winter 2007.

BACKUS, Mary Sue. The adversary system is dead; long live the adversary system: the trial judge as the great equalizer in criminal trials. *Michigan State Law Review*, v. 2008, Issue 4, p. 945-994, 2008.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Processo penal*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2015.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Prova emprestada no processo penal e a utilização de elementos colhidos em Comissões Parlamentares de Inquérito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 22, n. 106, p. 157-179, jan./fev. 2014.

_____. Tribunal do Júri – Lei 11.689, de 09.06.2008. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: RT, 2008.

BARNHIZER, David. The virtue of ordered conflict: a defense of the adversary system. *Nebraska Law Review*, v. 79, Issue 3, p. 657-710, 2000.

BAUR, F. Trowbridge vom. Adversary administrative proceedings: the problem of laymen as trial counsel. *American Bar Association Journal*, v. 37, n. 10, p. 747-749, 1951.

BEATTIE, J. M. Scales of Justice: Defense Counsel and the English Criminal Trial in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *Law and History Review*, v. 9, n. 2, p. 221-267, 1991.

BECHARA, Fábio Ramazzini. Colaboração processual: legalidade e valor probatório. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 269, p. 6-7, abr. 2015.

BECKHAM, Walter H. Jr. Preservation of the adversary system. *Commercial Law Journal*, v. 78, Issue 3, p. 77-81, 1973.

BELLIOTTI, Raymond A. Our adversary system: in search of a foundation. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*, v. 1, Issue 1, 19-34, Jan. 1988.

BERGER, Todd. The ethical limits of discrediting the truthful witness: how modern ethics rules fail to prevent truthful witnesses from being discredited through unethical means. *Marquette Law Review*, v. 99, Issue 2, p. 283-362, Winter 2015.

BLINKA, Daniel D. Ethics, evidence, and the modern adversary trial. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 19, Issue 1, p. 1-58, 2006.

BLONDEL, Erin C. Victims' rights in an adversary system. *Duke Law Journal*, v. 58, n. 2, p. 237-274, 2008.

BONFIM, Daniela; DIDIER JUNIOR, Fredie. Colaboração premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma – um diálogo com o direito processual civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugênio; SCHIETTI CRUZ, Rogerio (Coords.). *Processo penal*. Salvador: JusPodvum, 2016.

BORRI, Luiz Antonio; SOARES, Rafael Junior. A readequação dos procedimentos processuais penais em face da colaboração premiada. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 25, n. 296, p. 15-16, jul. 2017.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coords.). *Colaboração premiada*. São Paulo: RT, 2018.

BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JUNIOR, Freddie; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2008. v. 2.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. t. 2.

BUNDY, Stephen McG. The Policy in favor of settlement in an adversary system. *Hastings Law Journal*, v. 44, Issue 1, p. 1-78, 1992.

_____; ELHAUGE, Einer Richard. Do lawyers improve the adversary system – a general theory of litigation advice and its regulation. *California Law Review*, v. 79, Issue 2, p. 313-420, 1991.

CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugênio; SCHIETTI CRUZ, Rogerio (Coords.). *Processo penal*. Salvador: JusPodvum, 2016.

CAIRNS, David J. *Advocacy and the making of the Adversarial Criminal Trial: 1800-1865*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

COCK, Raymond C. The Bar at Assizes: Barristers on Three Nineteenth Century circuits. *Kingston Law Review*, v. 6, p. 36-52, 1976.

COHEN, Elliot D. Pure legal advocates and moral agents: two concepts of a lawyer in an adversary system. *Criminal Justice Ethics*, v. 4, Issue 1, p. 38-59, 1985.

COLOMER, Juan-Luis Gómez (Org.). *Introducción al proceso penal federal de los Estados Unidos de Norteamérica*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

_____; CUSSAC, José-Luis. *Terrorismo y proceso penal acusatorio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

COTTERRELL, Roger. Comparative law and legal culture. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

COUGHLAN, Stephen G. The adversary system: rhetoric or reality. *Canadian Journal of Law and Society*, v. 8, Issue 2, p. 139-170, Fall 1993.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório: cada parte no lugar constitucionalmente demarcado. *Revista de Informação Legislativa*, v. 46, n. 183, p. 103-115, jul./set. 2009.

COX, Joseph A. Anglo-American legal history. *Cleveland-Marshall Law Review*, v. 7, Issue 3, p. 565-578, 1958.

CRAMTON, Roger C. Furthering Justice by improving the adversary system and making lawyers more accountable. *Fordham Law Review*, v. 70, Issue 5, p. 1599-1614, 2002.

CRUZ, Rogerio Schietti Machado. A Lei n. 10.792/03, o contraditório e o conservadorismo. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 11, n. 135, p. 7-8, fev. 2004.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Garantias processuais nos recursos criminais*. São Paulo: Atlas, 2002.

CUNGI, Donatella. The reformed Italian Code of Criminal Procedure: what happened to Its Accusatorial Soul, five years after Its adoption. *Digest: National Italian American Bar Association Law Journal*, v. 2, p. 23-34, 1994-1995.

DAMAŠKA, Mirjan. The quest for due process in the Age of Inquisition. *American Journal of Comparative Law*, v. 60, Issue 4, p. 919-954, Fall 2012.

_____. Epistemology and legal regulation of proof. *Law, Probability and Risk*, v. 5, Issue 3 and 4, p. 255-266, Sept./Dec. 2006.

_____. Models of Criminal Procedure. *Zbornik Pravnog Fakulteta u Zagrebu*, v. 51, Issue 3-4, p. 477-516, 2001.

_____. Truth in adjudication. *Hasting Law Journal*, v. 49, Issue 2, p. 289-308, Jan. 1998.

_____. *Evidence law adrift*. New Haven and London: Yale University Press, 1997.

_____. The uncertain fate of evidentiary transplants: Anglo-American and Continental experiments. *American Journal of Comparative Law*, v. 45, Issue 4, p. 839-852, Fall 1997.

_____. Free proof and its detractors. *American Journal of Comparative Law*, v. 43, Issue 3, p. 343-358, Summer 1995.

_____. *The faces of justice and state authority: a comparative approach to the legal process*. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

_____. The reality of prosecutorial discretion: comments on a German monograph. *American Journal of Comparative Law*, v. 29, Issue 1, p. 119-138, Winter 1981.

_____. Presentation of evidence and factfinding precision. *Univeristy of Pennsylvania Law Review*, v. 123, Issue 5, p. 1083-1106, May 1975.

_____. Evidentiary Barriers to conviction and two models of Criminal Procedure: a comparative study. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 121, Issue 3, p. 506-589, Jan. 1973.

DANNEMANN, Gerhard. Comparative law: study of similarities or differences?. REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. Traduzido por Hermínio A. Carvalho. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DE FRANCIS, Vincent. Protecting the child victim of sex crimes committed by adults. *Federal Probation*, v. 35, n. 3, p. 15-20, Sept. 1971.

DELMAS-MARTY, Mireile. *Por um direito comum*. Traduzido por Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DEMLEITNER, Nora V. More than just evidence: reviewing Mirjan Damaska's evidence law adrift. *American Journal of Comparative Law*, v. 47, Issue 3, p. 515-534, 1999.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. v. 3.

DORAN, Sean. A Comment on Gordon Van Kessel's Hearsay Hazards in the American Criminal Trial: an adversary-oriented approach. *Hastings Law Journal*, v. 49, Issue 3, p. 591-598, Mar. 1998.

FABRI, Marco. Theory versus practice of Italian Criminal Justice reform. *Judicature*, v. 77, Issue 4, p. 211-216, 1994.

FIELDING, Henry. *An enquiry into the causes of the late increase of Robbers and related writings &c. with some proposals for remedying this growing evil*. 2. ed. London: A. Miller, 1751.

FINDLEY, Keith A. Innocents at risk: adversary imbalance, Forensic Science, and the search for truth. *Seton Hall Law Review*, v. 38, Issue 3, p. 893-974, 2008.

FISHER, Caitlinrose; MONDALE, Walter F; STEIN, Robert A. No longer a neutral magistrate: the Foreign Intelligence Surveillance Court in the wake of the war on terror. *Minnesota Law Review*, v. 100, Issue 6, p. 2251-2312, June 2016.

FISHER, George. *Plea bargaining's triumph: a history of plea bargaining in America*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

FRANKEL, Marvin E. *Partisan Justice*. New York: Hill and Wang, 1980.

FREEDMAN, Monroe H. Judge Frankel's search for truth. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 123, n. 5, p. 1060-1066, 1975.

_____. Our constitutionalized adversary system. *Chapman Law Review*, v. 1, p. 57-90, 1998.

GAROFANO, Anthony. Avoiding virtual justice: video-teleconference testimony in Federal Criminal Trials. *Catholic University Law Review*, v. 56, n. 2, p. 683-714, Winter 2007.

GLENN, H. Patrick. Comparative legal families and comparative legal traditions. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDZBAND, Melvin G. Schizophrenia in Adversary Arena. *California Western Law Review*, v. 12, Issue 2, p. 247-283, Winter 1976.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Limites ao compartilhamento de provas no processo penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 24, n. 122, p. 43-61, ago. 2016.

_____. *A motivação das decisões penais*. 2. ed. São Paulo: RT, 2013.

_____. Provas – Lei 11.690, de 09.06.2008. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: RT, 2008.

_____. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Orgs.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DJP, 2005.

_____. *Sobre o direito a prova no processo penal*. 1995. 195 f. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GOMES, Décio Alonso. *Prova e imediação no processo penal*. Salvador: JusPodivm, 2016.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GOODPASTER, Gary. On the theory of American Adversary Criminal Trial. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), v. 78, n. 1, p. 118-154, 1987.

_____. The adversary system, advocacy, and effective assistance of Counsel in criminal cases. *New York University Review of Law & Social Change*, v. 14, Issue 1, p. 59-92, 1986.

GORDLEY, James. Comparative law and legal history. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GORPHE, François. *La crítica del testimonio*. Traduzido por Mariano Ruiz-Funes. 5. ed. Madrid: Reus, 1971.

GREENSPAN, Edward L. The future role of defence counsel. *Saskatchewan Law Review*, v. 51, Issue 2, p. 199-216, 1986.

GRIFFITHS, John. Ideology in Criminal Procedure or a third model of the Criminal Process. *Yale Law Journal*, v. 79, Issue 3, p. 359-417, 1970.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Verdade real e verdade formal? Um falso problema. In: PEREIRA, Flávio Cardoso (Coord.). *Verdade e prova no processo penal: estudos em homenagem ao professor Michele Taruffo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. *Provas ilícitas, interceptações e escutas*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

_____. O interrogatório como meio de defesa – Lei 10.792/2003. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 13, n. 53, p. 185-200, mar./abr. 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Prova emprestada. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 60-69, out./dez. 1993.

_____. Interrogatório do réu e direito ao silêncio. *Ciência Penal*, v. 3, n. 1, p. 15-31, 1976.

_____ et al. *Juizados Especiais Criminais*: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 3. ed. São Paulo: RT, 2000.

GUARNIERI, Jose. *Las partes en el proceso penal*. Traduzido por Constancio Bernaldo de Quirós. Puebla: Editorial Jose M. Cajica Jr., 1952.

GUDJONSSON, Gisli H. The Psychology of false confessions. *Medico-Legal Journal*, v. 57, Issue 2, p. 93-110, 1989.

HAY, Douglas. The criminal prosecution in England and its historians. *Modern Law Review*, v. 47, Issue. 1, p. 1-29, 1984.

_____. Crime and justice in Eighteenth- and Nineteenth-Century England. *Crime and Justice*: an annual review of research, v. 2, p. 45-84, 1980.

HENDLER, Edmundo S. *Sistemas penales comparados*. Buenos Aires: Didot, 2014.

HERRMANN, Joachim. The Anglo-American as opposed to the Continental approach to Criminal Law. *De Jure*, v. 14, Issue 1, p. 39-67, 1981.

HOGUE, Arthur R. *Origins of the common law*. Bloomington: Indiana University Press, 1966.

HOSTETTLER, John. *Fighting for justice*: the history and origin of adversary trial. Sheffield Gables: Waterside Press, 2006.

HUTTON, Mary Christine. Child sexual abuse cases: reestablishing the balance within the adversary system. *University of Michigan Journal of Law Reform*, v. 20, n. 2, p. 491-542, Winter 1987.

JACKSON, John D. Playing the culture card in resisting cross-jurisdictional transplants: a comment on legal processes and national culture. *Cardozo Journal of International and Comparative Law*, v. 5, Issue 1, p. 51-68, 1997.

_____; SUMMERS, Sarah J. *The internationalisation of criminal evidence*: beyond the common law and civil law traditions. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

JANESEN, Nils. Comparative law and comparative knowledge. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JIMENO-BULNES, Mar. American criminal procedure in a European context. *Cardozo Journal of International and Comparative Law*, v. 21, n. 2, p. 409- 459, 18 Mar. 2013.

JONAKATT, Randolph N. The rise of the American adversary system: America before England. *Widener Law Review*, v. 14, Issue 2, p. 323-356, 2009.

KEETON, Robert E. Time limits as incentives in an adversary system. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 137, n. 6, p. 2053-2058, 1989.

KESSEL, Gordon van. Adversary excesses in the American Criminal Trial. *Notre Dame Law Review*, v. 667, Issue 3, p. 403-552, 1992.

KÖTZ, Hein. The reform of the adversary process. *University of Chicago Law Review*, v. 48, Issue 2, p. 478-486, Spring 1981.

_____. The role of judge in the Court-Room: the common law and civil law compared. *Journal of South African Law*, v. 1987, Issue 1, p. 35-43, 1987.

KRUPP, David J. Re-Examining the adversary system. *Litigation*, v. 3, n. 2, p. 3-51, 1977.

LAI, Ho Hock. *A Philosophy of evidence law: justice in the search for truth*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LANDSMAN, Stephan. Of mushrooms and nullifiers: rules of evidence and the American jury. *Saint Louis University Public Law Review*, v. 21, Issue 1, p. 65-84, 2002.

_____. From Gilbert to Bentham: the reconceptualization of evidence theory. *Wayne Law Review*, v. 36, Issue 3, p. 1149-1186, 1990.

_____. Rise of the contentious spirit: adversary procedure in Eighteenth Century England. *Cornell Law Review*, v. 75, Issue 3, p. 497-609, Mar. 1989-1990.

_____. Reforming adversary procedure: a proposal concerning the Psychology of memory and the testimony of disinterested witnesses. *University of Pittsburgh Law Review*, v. 45, Issue 3, p. 547-624, 1984.

_____. A brief survey on the development of the adversary system. *Ohio State Law Journal*, v. 44, Issue 3, p. 713-742, 1983.

_____. The decline of the adversary system and the changing role of the advocate in that system. *San Diego Law Review*, v. 18, Issue 2, p. 251-262, 1981.

_____. The decline of the adversary system: how the rhetoric of swift and certain justice has affected adjudication in American Courts. *Buffalo Law Review*, v. 29, Issue 3, p. 487-530, Summer 1980.

LANGBEIN, John H. *The origins of adversary criminal trial*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. The prosecutorial origins of defence in the Eighteenth Century: the appearance of solicitors. *Cambridge Law Journal*, v. 58, Issue 2, p. 314-365, July 1999.

LANGBEIN, John H. Historical foundations of the law of evidence: a view from the Ryder Sources. *Columbia Law Review*, v. 96, Issue 5, p. 1168-1202, June 1996.

_____. The historical origins of the privilege against self-incrimination at common law. *Michigan Law Review*, v. 92, Issue 5, p. 1047-1085, Mar. 1994.

_____. Mixed Court and Jury Court: could the Continental alternative fill the American need?. *American Bar Foundation Research Journal*. v. 1981, Issue 1, p. 195-220, Winter 1981.

_____. Understanding the short history of plea bargaining. *Law & Society Review*, v 13, Issue 2, p. 261-272, Winter 1979.

_____. The criminal trial before the lawyers. *University of Chicago Law Review*, v. 45, Issue 2, p. 263-316, Winter 1978.

_____. The origins of public prosecution at common law. *American Journal of Legal History*. v. 17, Issue 4, p. 313-335, October 1973.

LANGER, Máximo. From legal transplants to legal translations: the globalization of plea bargaining and the americanization thesis in criminal procedure. *Harvard International Law Journal*, v. 45, p. 1-64, 2004.

LAWRY, Robert P. Lying, confidentiality, and the adversary system of justice. *Utah Law Review*, v. 1977, p. 653-696, Issue 4, 1977.

LEGRAND, Pierre. *Le droit comparé*. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2016.

LEVINE, Murray. The adversary process and social science in the courts: Barefoot v. Estelle. *Journal of Psychiatry and Law*, v. 12, Issue 2, p. 147-182, Summer 1984.

LI, Changsheng. Adversary System Experiment in Continental Europe: several lessons from the Italian experience. *Journal of Politics and Law*, v. 1, Issue 4, p. 13-21, 2008.

LIBAI, David. The protection on the child victim of a sexual offense in the Criminal Justice System. *Wayne Law Review*, v. 15, n. 3, p. 977-1032, Spring 1969.

LOFTUS, Elizabeth F. Eyewitness testimony and event perception. *University of Bridgeport Law Review*, v. 8, Issue 1, p. 7-14, 1987.

LOPES JUNIOR, Aury. *Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade garantista)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

LOSANO, Mario G. *Os grandes sistemas jurídicos*. Traduzido por Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LUBAN, David. Taking out the adversary: The assault on progressive public-interest lawyers. *California Law Review*, v. 91, Issue 1, p. 209-246, 2003.

LUNA, Erik G. The models of criminal procedure. *Buffalo Criminal Law Review*, v. 2, Issue 2, p. 389-534, 1999.

MACK, Raneta Lawson. It's broke so let's fix it: using a quasi-inquisitorial A=approach to limit the impact of bias in the American Criminal Justice System. *Indiana International & Comparative Law Review*, v. 7, Issue 1, p. 63-94, 1996.

MAFFEI, Stefano. *Giusto processo e diritto dell'imputato a confrontarsi con l'accusatore*. 2004. 251 p. Tesi (Dottorato in Diritto Penale e Procedurale) – Università di Genova, Genova, 2004. Disponível em: <<https://www.tesionline.it/tesi/8992/Giusto-processo-e-diritto-dell%27imputato-a-confrontarsi-con-l%27accusatore>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

MALAN, Diogo Rudge. *Direito ao confronto no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MATTEI, Ugo. Comparative law and critical legal studies. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MCCONVILLE, Mike; MIRSKY, Chester L. *Jury trials and plea bargaining: a true history*. Oxford: Hart Publishing, 2005.

MCEWAN, Jenny. *Evidence and the adversarial process – the modern law*. 2. ed. Oxford: Hart Publishing, 1998.

MCGOWEN, John D. The battle of the processes. *California Law Review*, v. 28, Issue 3, p. 277-296, 1940.

MCGOWEN, Randall. The image of Justice and reform of the Criminal Law in early Nineteenth-Century England. *Buffalo Law Review*, v. 32, Issue 1, p. 89-126, 1983.

MCKITTRICK, N. A. Witnesses: the most precious resource. *Journal of Criminal Law*, v. 51, Issue 2, p. 192-196, 1987.

MENDONÇA, Andrey Borges de. A colaboração premiada e nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/13). *Revista Custos Legis*, v. 4, p. 1-38, 2013.

MENKEL-MEADOW, Carrie. The trouble with the adversary system in a post-modern, multi-cultural world. *Journal of the Institute for the Study of Legal Ethics*, v. 1, p. 49-78, 1996.

_____. Pursuing settlement in an adversary culture: a tale of innovation co-opted or the law of ADR. *Florida State University Law Review*, v. 19, Issue 1, p. 1-46, 1991.

METZGER, Pamela R. Fear of adversariness: using Gideon to restrict defendants' invocation of adversary procedures. *The Yale Law Journal*, v. 122, n. 8, 2013, p. 2550-2577.

MICHAELS, Ralf. The functional method of comparative law. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MILLER, Arthur R. The adversary system: dinosaur or phoenix. *Minnesota Law Review*, v. 69, Issue 1, p. 1-38, Nov. 1984.

MILLER, Arthur Selwyn; BARRON, Jerome A. The Supreme Court, the adversary system, and the flow of information to the justices: a preliminary inquiry. *Virginia Law Review*, v. 61, Issue 6, p. 1187-1246, 1975.

MILLER, Richard E. Grievances, claims, and disputes: assessing the adversary culture. *Law & Society Review*, v. 15, Issue 3, p. 525-566, 1980-1981.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: RT, 2008.

MUNDAY, Roderick. Comparative law and English law's character evidence rules. *Oxford Journal of Legal Studies*, v. 13, Issue 4, p. 589-602, 1993.

MYERS, Eleanor W.; OHLBAUM, Edward D. Discrediting the truthful witness: demonstrating the reality of adversary advocacy. *Fordham Law Review*, v. 69, n. 3, p. 1055-1082, Dec. 2000.

NADER, Laura. A Wide-Angle on dispute management. *Willamette Journal of International Law and Dispute Resolution*, v. 10, p. 37-46, 2002.

NELSON, William E. Moral ethics, adversary justice, and political theory: three foundations for the law of professional responsibility. *Notre Dame Law Review*, v. 64, Issue 5, p. 911-931, 1989.

NESSON, Charles. The evidence or the event – on judicial proof and the acceptability of verdicts. *Harvard Law Review*, v. 98, Issue 7, p. 1357-1392, 1985.

O'REILLY, Gregory W. England limits the right to silence and moves towards an inquisitorial system of justice. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 85, Issue 2, p. 402-452, 1994.

PACKER, Herbert L. Two models of the criminal process. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 113, Issue 1, p. 1-68, 1964.

PANZAVOLTA, Michele. Reforms and counter-reforms in the Italian struggle for an Accusatorial Criminal Law System. *North Carolina Journal of International Law and Commercial Regulation*, v. 30, Issue 3, p. 577-624, 2005.

PARK, Roger C. Exporting the hearsay provisions of the federal rules of evidence. *Boston University International Law Journal*, v. 33, Issue 2, p. 327-342, 2015.

PARKER, Jacqueline Y. The rights of child witnesses: is the court a protector or perpetrator?. *New England Law Review*, v. 17, n. 3, p. 643-693, 1981-1982.

PEREIRA, Flávio Cardoso (Coord.). *Verdade e prova no processo penal: estudos em homenagem ao professor Michele Taruffo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

PEREIRA, Frederico Valdez. *Delação premiada: legitimidade e procedimento*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

PITOMBO, Cleunice Valentim Bastos; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; ZILLI, Marcos Alexandre Coelho; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Publicidade, ampla defesa e contraditório no novo interrogatório judicial: conclusões preliminares do Grupo de Estudos do Departamento de Projetos Legislativos do IBCCRIM. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 11, n. 135, p. 2-3, fev. 2004.

PIZZI, William T.; MONTAGNA, Mariangela. The battle to establish an Adversarial Trial System in Italy. *Michigan Journal of International Law*, v. 25, Issue 2, p. 429-466, 2004.

_____. Victims' rights: rethinking our adversary system. *Utah Law Review*, v. 1999, Issue 2, p. 349-368, 1999.

_____. The American adversary system. *West Virginia Law Review*, v. 100, Issue 4, p. 847-852, Summer 1998.

_____. Judge Frankel and the adversary system. *University of Colorado Law Review*, v. 52, Issue 3, p. 357-366, Spring 1981.

PLOSCOWE, Morris. The development of present-day criminal procedures in Europe and America. *Harvard Law Review*, v. 48, Issue 3, p. 433-473, 1935.

PLUCKNETT, Theodore F. T. *A concise history of the common law*. 5. ed. New Jersey: Little, Brown and Company, 1956.

PRUD'HOMME, Tommy. The need for responsibility within the adversary system. *Gonzaga Law Review*, v. 26, Issue 2, p. 443-474, 1990.

PUE, W. Wesley. Moral panic at the English Bar: paternal vs. commercial ideologies of legal practice in the 1860s. *Law and Social Inquiry*, Issue 1, p. 49-120, 1990.

QUEIJO, Maria Elizabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAITHBY, John. Statutes of the Realm. *British History Online*, v. 7, 1695-1701, p. 6-7, 1820. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/statutes-realm/vol7/pp6-7>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

REAMEY, Gerald S. Innovation or renovation in criminal procedure: is the world moving toward a new model of adjudication. *Arizona Journal of International and Comparative Law*, v. 27, n. 3, p. 683-746, 2010.

REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

REITZ, John C. Why we probably cannot adopt the German advantage in civil procedure. *Iowa Law Review*, v. 75, Issue 4, p. 987-1010, May 1990.

RHODE, Deborah L. Legal ethic in an adversary system: the persistent questions. *Hofstra Law Review*, v. 34, Issue 3, p. 641-672, Spring 2006.

RILES, Annelise. Comparative law and socio-legal studies. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

RITTER, Patricia Ann. The packaging of legal information in an adversary system of legal decision-making. *University of Toronto Faculty of Law Review*, v. 38, Issue 2, p. 143-169, 1980.

ROACH, Kent. Four Models of the criminal process. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 89, Issue 2, p. 671-716, 1999.

ROBINSON, J. Scott. The perjury dilemma in an adversary system. *Dickinson Law Review*, v. 82, Issue 3, p. 545-572, 1977.

ROSENBERG, Maurice. Resolving disputes differently: adieu to adversary justice. *Creighton Law Review*, v. 21, Issue 3, p. 801-822, 1987-1988.

ROSENFELD, Michel. The transformation of the attorney-client privilege: in search of an ideological reconciliation of individualism, the adversary system, and the corporate client's SEC disclosure obligations. *Hastings Law Journal*, v. 33, Issue 3, 1982, p. 495-550.

ROSENGREN, Kenneth. Can the adversary system survive?. *American Bar Association Journal*, v. 55, n 12, p. 1157-1159, 1969.

RUTTER, Irvin C. A Jurisprudence of lawyers' operations. *Journal of Legal Education*, v. 13, Issue 3, p. 301-400, 1960.

SALTZBURG, Stephen A. Lawyers, clients, and the adversary system. *Mercer Law Review*, v. 37, Issue 2, p. 647-700, 1986.

SAMUEL, Geoffrey. *An introduction to comparative law theory and method*. Oxford: Hart Publishing, 2014.

SCHULHOFER, Stephen J. The future of the adversary system. *Justice Quarterly*, v. 3, Issue 1, p. 83-94, 1986.

SCHUM, David; Tillers, Peter. Marshalling evidence for adversary litigation. *Cardozo Law Review*, v. 13, Issues 2-3, p. 657-704, 1991.

SHAPIRO, Alexander H. Political theory and the growth of defensive safeguards in criminal procedure: the origins of the Treason Trials Act of 1696. *Law and History Review*, v. 11, Issue 2, p. 215-256, 1993.

SIDI, Ricardo; LOPES, Anderson Bezerra (Orgs.). *Temas atuais da investigação preliminar no processo penal*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

SIEGEL, David M. Training the hybrid lawyer and implementing the hybrid system: two tasks for Italian legal education. *Syracuse Journal of International Law and Commerce*, v. 33, Issue 2, p. 445-466, 2006.

SIEMS, Mathias. *Comparative law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVERMAN, Hugh W. The adversary system: is it the ultimate. *Chitty's Law Journal*, v. 22, Issue 10, p. 365-365, 1974.

SPAULDING, Norman W. The rule of law in action: a defense of adversary system values. *Cornell Law Review*, v. 93, Issue 6, p. 1377-1412, 2008.

STEIN, Alex. *Foundations of evidence law*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

STEMPEL, Jeffrey W. Cultural literacy and the adversary system: the enduring problems of distrust, misunderstanding and narrow perspective. *Valparaiso University Law Review*, v. 27, Issue 2, p. 313-356, Spring 1993.

STEPHEN, James Fitzjames. *A history of the Criminal Law of England*. London: Macmillan and Co., 1883. v. 1.

STRIER, Franklin D. Major problems endemic to the adversary system and proposed reforms. *Western State University Law Review*, v. 19, Issue 2, p. 463-492, Spring 1992.

SWARD, Ellen E. Values, ideology, and the evolution of the adversary system. *Indiana Law Journal*, v. 64, n. 2, p. 301-365, Spring 1989.

SWIFT, Eleanor. A foundation fact approach to hearsay. *California Law Review*, v. 75, n. 4, p. 1339-1428, 1987.

TARUFFO, Michelle. *A prova*. Traduzido por João Miguel Couto. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

_____. *Processo civil comparado: ensaios*. Traduzido por Daniel Mitidiero. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. *Teoria pluriversalista do direito internacional*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

THIBAUT, John, et al. Adversary presentation and bias in legal decisionmaking. *Harvard Law Review*, v. 86, n. 2, p. 386-401, 1972.

THOMPSON, George Jarvis. Development of the Anglo-American Judicial System. *Cornell Law Quarterly*, v. 17, Issue 3, p. 395-458, 1931-1932.

THOMPSON, Robert S. Decision, disciplined inferences and the adversary process. *Cardozo Law Review*, v. 13, Issues 2-3, p. 725-782, 1991.

THORNBURG, Elizabeth G. Metaphors matter: how images of battle, sports, and sex shape the adversary system. *Wisconsin Women's Law Journal*, v. 10, Issue 2, p. 225-281, Fall 1995.

TOKSON, Matthew J. Virtual confrontation: is videoconference testimony by an unavailable witness constitutional?. *The University of Chicago Law Review*, v. 74, Issue 4, p. 1581-1614, Fall 2007.

TOMKOVICZ, James J. An adversary system defense of the right to counsel against informants: truth, fair play, and the Massiah Doctrine. *U.C. Davis Law Review*, v. 22, Issue 1, p. 1-92, 1988.

TORNAGHI, Hélio. *Instituições de processo penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. I/IV.

TRIBE, Laurence H. Seven Pluralist fallacies: In defense of the adversary process – a reply to Justice Rehnquist. *University of Miami Law Review*, v. 33, Issue 1, p. 43-58, Nov. 1978.

TWINING, William. Taking facts seriously. *Journal of Legal Education*, v. 34, Issue 1, p. 22-42, 1984.

UNDERWOOD, Richard H. Adversary ethics: more dirty tricks. *American Journal of Trial Advocacy*, v. 6, n. 2, p. 265-310, Fall 1982.

VAN KESSEL, Gordon. European perspectives on the accused as a source of testimonial evidence. *West Virginia Law Review*, v. 100, Issue 4, p. 799-846, 1998.

_____. Hearsay hazards in the American Criminal Trial: an adversary-oriented approach. *Hastings Law Journal*, v. 49, Issue 3, p. 477-544, Mar. 1998.

VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. *Colaboração premiada no processo penal*. São Paulo: RT, 2017.

_____. *Direito ao recurso no processo penal: conteúdo e dinâmica procedimental de um modelo de limitação do poder punitivo estatal pelo controle efetivo da sentença condenatória*. 2017. 358 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. *Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

VERÍSSIMO, Carla. Principais questões sobre a competência para a homologação do acordo de colaboração premiada. In: BOTTINI, Pierpaolo Cruz; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coords.). *Colaboração premiada*. São Paulo: RT, 2018.

VERKUIL, Paul R. The Ombudsman and the limits of the adversary system. *Columbia Law Review*, v. 75, n. 4, p. 845-861, 1975.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. *O sigilo da fonte de informação jornalística como limite à prova no processo penal*. 2012. 265 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VIEIRA, Marcelo Vinicius. *Direito à admissão probatória no processo penal: limites ao seu exercício*. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIEIRA, Renato Stanzola. *Paridade de armas no processo penal*. Bras: Gazeta Jurídica, 2014.

VOLKMANN-SCHLUCK, Thomas. Continental European criminal procedures: true or illusive model. *American Journal of Criminal Law*, v. 9, Issue 1, p. 1-32, 1981.

WALKER, Laurens; THIBAUT, John; ANDREOLI, Virginia. Order of presentation at trial. *Yale Law Journal*, v. 82, Issue 2, p. 216-226, 1972.

WANGERIN, Paul T. The political and economic roots of the Adversary System of Justice and alternative dispute resolution. *Ohio State Journal on Dispute Resolution*, v. 9, Issue 2, p. 203-242, 1994.

WASSERMAN, David. Should a good lawyer do the right thing – David Luban on the morality of adversary representation. *Maryland Law Review*, v. 49, Issue 2, p. 392-423, 1990.

WATT, Horatia Muir. Globalization and comparative law. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Traduzido por José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEIGEND, Thomas. Should we search for the truth, and who should do it. *North Carolina Journal of International Law and Commercial Regulation*, v. 36, Issue 2, p. 389-416, 2011.

WEINREB, Lloyd L. The adversary process is not an end in itself. *Journal of the Institute for the Study of Legal Ethics*, v. 2, p. 59-64, 1999.

WENDEL, W. Bradley. Whose Truth: objective and subjective perspectives on truthfulness in advocacy. *Yale Journal of Law & the Humanities*, v. 28, Issue 1, p. 105-160, 2016.

WIGMORE, John Henry. *A treatise on the Anglo-American System of Evidence in Trials at common law including the Statutes and Judicial Decisions of all jurisdictions of the United States and Canada*. Boston: Little, Brown, and Company, 1923. v. 1/2/4.

WILLIAM III, 1695-6: an act for regulateing of tryals in cases of Treason and Misprision of Treason [chapter III. Rot. Parl. 7 & 8 Gul. III. pt. 1.nu.3.]. In: RAITHBY, John. *Statutes of the Realm*. *British History Online*, v. 7, 1695-1701, p. 6-7, 1820. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/statutes-realm/vol7/pp6-7>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

WOOLLEY, Alice. If philosophical legal ethics is the answer, what is the question?. *The University of Toronto Law Journal*, v. 60, n. 4, p. 983-1001, 2010.

X CONGRESO NACIONAL DE DERECHO PROCESAL GARANTISTA, nov. 12-14, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/76717270/Congreso-Azul-2008-Montero-Aroca>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Orgs.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DJP, 2005.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. No acordo de colaboração entre gregos e troianos o cavalo é o prêmio. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 25, n. 300, p. 3-6, nov. 2017.

_____. O juiz das garantias, a estrutura acusatória e as memórias do subsolo. Um olhar sobre o PL 8045 (projeto do novo código de processo penal). In: SIDI, Ricardo; LOPES, Anderson Bezerra (Orgs.). *Temas atuais da investigação preliminar no processo penal*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

_____. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal*. São Paulo: RT, 2003.

Legislação e Jurisprudência

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.203/2001. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAR2001VOLI.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. Projeto de Lei nº 4.204/2001. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAR2001VOLI.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. Projeto de Lei nº 4.205/2001. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAR2001VOLI.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. Projeto de Lei nº 4.206/2001. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAR2001VOLI.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. Projeto de Lei nº 4.207/2001. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAR2001VOLI.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.792.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11690.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, emendatio libelli, mutatio libelli e aos procedimentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11719.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Lei nº 11.900, de 8 de janeiro de 2009. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11900.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça, 5ª Turma. HC 175.767/MG. Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 09/10/2012. Disponível em: <www.stj.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. HC 306.338-SP. Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe 28/04/2017. Disponível em: <www.stj.com.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. RHC 67.493/PR. Rel. Min. Felix Fischer, DJe 02.05.2016. Disponível em: <www.stj.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 5ª Turma. HC 306.338-SP. Rel. Min Joel Ilan Paciornik, *DJe* 28/04/2017. Disponível em: <www.stj.com.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. 6ª Turma. RHC 48.351/SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, *DJe* 19/12/2014. Disponível em: <www.stj.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 11. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. 2ª Turma. Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 111567/AM. Min. Rel. Celso de Mello, *DJe* 30/10/2014. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. RHC 116108. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 01/10/2013, Processo Eletrônico *DJe* 17/10/2013. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. HC 111.567/AM AgRgMin. Rel. Celso de Mello, *DJe* 30/10/2014. Disponível em <www.stf.jus.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. Tribunal Pleno. AP-QO3 470. Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* 30/04/2009. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. _____. HC 127.483/PR. Rel Min. Dias Toffoli, *DJe* 03/02/2016, Public 04-02-2016. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2018.

UNITED KINGDOM. Old Bailey Session Papers. *Edward Hill and John Hill*, OBSP (Dec. 1744, ##26–7). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Elizabeth Borroughs and Bryan Carney*, OBSP (July 1736, # #79-70). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Jacob Shoemaker*, OBSP (Jan. 1717). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *James Leekey and William Robinson*, OBSP (Dec. 1744, ##10–11). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *James Ruggles et al.*, OBSP (Dec. 1744, ##93–5). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *John Hyth*, OBSP (Feb. 1743, #151). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *John Waller*, OBSP (May 1732, #89). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Mary D'Arbieau*, OBSP (Apr. 1722). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

UNITED KINGDOM. Old Bailey Session Papers. *Peter Cartwright*, OBSP (May 1711). Disponível em <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Richard Browne*, OBSP (July 1721). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Simon Jacobs*, OBSP (Oct. 1722). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Stephen Nott*, OBSP (Sept. 1714). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Susan Bean and Christian Smith*, OBSP (Dec. 1731). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Thomas Smith*, OBSP (May 1722). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *William Cady*, OBSP (May 1738, #34). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *William Clark*, OBSP (Dec. 1747, #37). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *William Marjoram*, OBSP (Oct. 1726). Disponível em: <<https://www.oldbaileyonline.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. Supreme Court. Amendments to Rule 26(b) of the Federal Rules of Criminal Procedure, 207 F.R.D. 89, 93 (2002) (statement of Scalia, J.). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=olFSLoxO4pkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Crawford v. Washington*, 541 U.S. 36 (2004). Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/541/36/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Harrell v. Butterworth*, 251 F3d 926 (11th Cir 2001). Disponível em: <<https://casetext.com/case/harrell-v-butterworth>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *Maryland v. Craig*, 497 U.S. 836 (1990). Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/497/836/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *United States v. Gigante*, 166 F3d 75 (2d Cir 99). Disponível em: <<https://openjurist.org/166/f3d/75/united-states-v-gigante>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. _____. *United States v. Yates*, 438 F3d 1307 (11th Cir 2006). Disponível em: <<https://openjurist.org/438/f3d/1307/united-states-v-yates-f>>. Acesso em: 3 dez. 2018.